



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR **HOSPITAL DE PEQUENO PORTE - HPP**

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: Processo licitatório: 042/2026-Concorrência 002/2026.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente documento visa analisar a viabilidade de eventual e futura contratação de serviços de engenharia e construção civil por empresa especializada para elaboração de projeto executivo e execução de obra, visando à construção de um Hospital Municipal de Pequeno Porte, conforme projeto nº 107037/BDMG Cidades Sustentáveis.

O objeto da contratação em estudo localiza-se no município de Bonfinópolis de Minas, no estado de Minas Gerais, definindo-se como uma edificação nova e independente das construções existentes em seu entorno.

O BDMG Cidades Sustentáveis é uma linha de financiamento específica oferecida pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) voltada para prefeituras mineiras. O objetivo é financiar projetos de infraestrutura que gerem impacto positivo no meio ambiente, melhorem a qualidade de vida urbana e promovam a resiliência dos municípios. O objeto da contratação em estudo localiza-se no eixo Saúde.

A justificativa para a construção de um **Hospital de Pequeno Porte (HPP)** no município de Bonfinópolis de Minas – MG fundamenta-se na necessidade de fortalecer a rede local de atenção à saúde e garantir maior resolutividade no atendimento hospitalar à população. O município possui população estimada em aproximadamente 5.528 habitantes e integra a Região de Saúde de Unaí, composta por 12 municípios e cerca de 269 mil habitantes distribuídos em uma extensa área territorial de aproximadamente 40.607,9 km² (IBGE). Nesse contexto regional, caracterizado por grandes distâncias geográficas, baixa densidade populacional e forte dependência da rede pública de saúde, o acesso oportuno a serviços hospitalares constitui um desafio permanente para os usuários do Sistema Único de Saúde.

Bonfinópolis de Minas apresenta ainda particularidades territoriais relevantes, como a ampla extensão rural e a dispersão de comunidades, o que exige deslocamentos consideráveis da população para atendimento em unidades hospitalares de maior complexidade localizadas em outros municípios da região. Tal realidade impacta diretamente a continuidade do cuidado, sobretudo em situações que demandam atendimento imediato, observação clínica ou internações de curta permanência.

Nesse cenário, a implantação de um Hospital de Pequeno Porte representa medida estratégica para ampliar a capacidade assistencial do município, possibilitando a oferta



de serviços hospitalares básicos, suporte a atendimentos de urgência e estabilização clínica de pacientes. O Ministério da Saúde reconhece esse tipo de unidade como componente importante da organização regional do Sistema Único de Saúde, especialmente em municípios de pequeno porte, onde o hospital local atua de forma complementar à Atenção Primária à Saúde e integrado à Rede de Atenção à Saúde (RAS). Essa articulação contribui para maior resolutividade no território, reduz a necessidade de deslocamentos para centros maiores e fortalece a regionalização dos serviços.

Adicionalmente, estudos e orientações técnicas do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e de instituições de pesquisa em saúde pública indicam que a presença de unidades hospitalares estruturadas em municípios de pequeno porte favorece a organização da assistência regional, melhora o fluxo de encaminhamentos e amplia a capacidade de resposta do sistema frente às necessidades da população.

Diante dessas condições, a construção de um Hospital de Pequeno Porte em Bonfinópolis de Minas constitui investimento estratégico para ampliar a infraestrutura da rede municipal de saúde, qualificar o atendimento prestado aos usuários do SUS e assegurar maior proximidade dos serviços hospitalares à população. A iniciativa contribui para fortalecer a integração do município à Rede de Atenção à Saúde, promover maior resolutividade assistencial e garantir melhores condições de acesso e cuidado à população local.

3. ÁREA DE REQUISIÇÃO

SETOR: Secretaria Municipal de Saúde

REQUISITANTE: Nilvésia Aparecida Luiz Brandão

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Natureza do serviço

Trata-se de serviço de engenharia, conforme Art. 6, inciso XXI, Alínea A, da Lei nº 14.133/2021, voltado para o atendimento a necessidades pontuais, caracterizando contratação por escopo.

4.2 Requisitos da Contratação

A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica, financeira e operacional** apresentando a documentação abaixo:

4.2.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente, ou;



4.2.2 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

4.2.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

4.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2.5 O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

4.2.6 Prova de inscrição no CNPJ;

4.2.7 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

4.2.8 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4.2.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.10 Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e INSS;

4.2.11 Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

4.2.12 Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.

4.2.13 Comprovação de Registro junto ao CREA através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, bem como a Certidão de Registro e Quitação do (s) seu (s) responsável (eis) Técnico (s) pertencente ao quadro da empresa com formação em Engenharia Civil;

4.2.14 Comprovação de capacidade técnica-operacional, através da apresentação em no máximo 3(três) atestados de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Certidão de Acervo Operacional – CAO, comprovando que a empresa licitante executou obra com quantitativos de no mínimo 50% (cinquenta por cento) ao do objeto desta licitação, os itens de requisitados são:

ITEM	SERVIÇO	UNID
01	Corte e dobra em aço CA50-CA60	17.881,10 kg;



02	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na vertical de 14x19x39	5.236,52 m²;
03	Laje pré fabricada unidirecional em viga treliçada e EPS	1.449,78 m²;
04	Execução de estrutura metálica para telhado, composta por treliças e terças.	9.065,86 Kg;
05	Telhamento com telha em aço galvanizado termoacústica em formato trapezoidal E = 30mm	1.503,30 m²;
06	Impermeabilização de superfície com manta asfáltica aplicada em laje	1.449,78 m²;
07	Impermeabilização de superfície com emulsão asfáltica 2 demãos	1.363,34 m²;
08	Piso granilite alta resistência, colorido H = 8mm aplicado com juntas	1.136,16 m²;
09	Forro em drywall	1.468,84 m²;
10	Emassamento com massa látex ou acrílica, uma demão, lixamento manual	10.921,37 m²;
11	Pintura acrílica, aplicação manual em paredes, duas demãos	10.921,37 m²;
12	Execução de concreto estrutural, FCK mínimo de 25Mpa	315,28 m³.

4.2.15 A(s) empresa(s) licitante(s) interessada(s) em participar do presente certame licitatório, poderá(ão) enviar profissional, através de apresentação de carta, para comparecer à Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas/MG, CEP: 38.650-000, para proceder Vistoria Técnica Facultativa.

4.2.15.1 A Vistoria Técnica prévia tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) licitante(s), toda(s) a(s) informação(ões) necessária(s) à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução, formas e condições de suprimentos, meios de acesso ao local, entre outros. Todos os custos associados à vistoria serão de inteira responsabilidade da empresa licitante.

4.2.15.2 Orienta-se a vistoria visando que a cidade de Bonfinópolis de Minas é uma cidade com pouco mais de 5.000 (cinco mil) habitantes, assim tendo vários aspectos a serem considerados para que não atrapalhe a execução do objeto, sendo: Disponibilidade de mão de obra local; Disponibilidade de alojamento para abrigar mão de obra não local; Disponibilidade de materiais essenciais para a execução; Disponibilidade de equipamentos necessários para execução; Demais condições que se fizerem necessárias para a perfeita execução da obra. Essa visita possibilita questionamentos imediatos sobre qualquer dúvida que houver, de forma a não onerar a futura execução do objeto em questão.

4.3 Requisitos para Elaboração dos Projetos



4.3.1 Os projetos executivos a serem elaborados de acordo com a contratação serão:

- PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA;
- PROJETO EXECUTIVO DE SPDA;
- PROJETO EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS;
- PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO.

4.3.2 São alguns dos requisitos e diretrizes para elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo:

- a) Avaliar as áreas de influência do projeto, as características da topografia do terreno e as redes de infraestrutura existentes no entorno;
- b) Especificar métodos construtivos, sistemas estruturais, utilização de materiais e instalações adequados às condições do local da ampliação;
- c) Gerir os efluentes sanitários e resíduos sólidos de acordo com as leis, normativas, regulamentos, posturas e demais documentos técnicos aplicáveis;
- d) Estabelecer soluções técnicas e de materiais que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação da obra, soluções construtivas racionais que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação, não só na sua produção, mas também ao longo da sua vida útil;
- e) Compatibilizar todas as disciplinas de projetos entre si, inclusive com a planilha orçamentária elaborada pela prefeitura municipal de Bonfinópolis de Minas-MG;
- f) Encaminhar, para aprovação, os projetos e estudos elaborados, e realizar possíveis correções solicitadas. O pagamento da etapa de projetos e estudos estará condicionada a aprovação da PMBM após realização de análise técnica por sua equipe técnica;
- g) Emitir os documentos de responsabilidade técnica devidos da elaboração dos projetos e estudos e apresentá-las a PMBM;
- h) Deverá ser previsto nos projetos o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível, deverá fazer uso de energia renovável.



4.3.3 Os projetos devem obedecer às NBR's vigentes da ABNT e outras que forem necessárias para a elaboração de cada Projeto Executivo. Os mesmos deverão ser entregues a PMBM em formato PDF, DWG e uma via impressa de cada prancha.

4.3.4 De acordo com o cronograma físico-financeiro, os projetos deverão ser entregues dentro do primeiro mês após a data da ordem de serviço.

4.4 Garantia

4.4.1 Garantia de Proposta: será exigido do participante, segundo disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a apresentação de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, com valor de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação;

4.4.2 Garantia de Contrato: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais;

No caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

As modalidades de garantias previstas são nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21:

4.4.2.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural;

4.4.2.2 seguro-garantia;

4.4.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

4.4.2.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.4.3 Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06.

4.5 Critérios de sustentabilidade



4.5.1 São critérios de sustentabilidade que devem ser observados na contratação e durante sua execução:

4.5.2 O Art. 144 da Lei nº 14.133/2021, levando em conta que a contratação em questão contribuirá de forma positiva fomentando a implementação de sistemas mais eficientes que possam gerar economia energética, disposição correta de resíduos de obras e de estabelecimentos de atenção à saúde, bem como economia de água. Pretende-se, também, o estímulo à implantação de sistemas autossustentáveis com projetos que contemplem a geração de parte ou a totalidade da energia elétrica consumida, o que implementa a necessidade de que a contratada tenha experiência na implantação desse tipo de sistema;

4.5.3 A IN 02/2014, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit;

4.5.4 O Art. 170, inciso VI, e o Art. 225 da Constituição Federal;

4.5.5 Se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

4.5.6 Se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098/2000, da Lei nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braile e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.

4.5.7 Se está adequado as Políticas Nacionais de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981), de Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009) e de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assim como Resoluções CONAMA pertinentes.

4.6 Indicação de marcas ou modelos

4.6.1 Será permitida a especificação de marcas ou modelos que atendam às exigências técnicas e de qualidade estipuladas nos Estudos Técnicos Preliminares excepcionalmente conforme inciso I do Art. 41 da Lei nº 14.133.

4.7 Subcontratação

4.7.1 Nesta licitação será admitida a possibilidade de subcontratação, conforme Art. 122 da Lei 14.133/2021, admitida até o limite de 40% do valor do contrato, excluindo as partes principais e de maior relevância.

4.7.2 Ao permitir a subcontratação parcial, desde que não seja parcela relevante conforme etapa de habilitação técnica, pretende-se trazer economicidade ao certame licitatório, tendo em vista que a empresa ou o Consórcio vencedor poderá subcontratar empresas locais para efetuar os serviços que demandam mais tempo in loco tais como: medições,



levantamentos, ensaios e outros estudos técnicos especializados, se aprovados pela equipe de fiscalização.

4.8 Vistoria

4.8.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.8.2 Caso a empresa queira realizar a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 11(once) horas às 12(doze) horas.

4.8.3 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, a qual poderá ser agendada através do e-mail licitabonfinopolis@gmail.com.

4.8.4 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico (arquiteto ou engenheiro) deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9 Participação de consórcios

4.9.1 Esta licitação permitirá a formação de consórcios, conforme o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, visando ampliar a capacidade técnica e financeira dos participantes, aumentando a disponibilidade de equipamentos e mão de obra qualificada. Além disso, o consórcio favorece a participação de um maior número de empresas, promovendo uma concorrência mais ampla.

4.9.2 A Equipe de Planejamento da Contratação julga que o consórcio de até 02 empresas trará competitividade ao certame, consequente, sem prejuízo à execução contratual. Portanto, o número de empresas em consórcio ficará limitado a este número.

4.10 Condições de participação

4.10.1 Não existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.10.2 SICAF;

4.10.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.10.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

4.10.5 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.



4.11 Legislação relacionada

A licitante vencedora contratada deverá realizar todos os serviços em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, em especial:

Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;

Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução Conama nº 358/2005 - Tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de Saúde.

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 5ª edição, publicado em agosto de 2022;

As portarias consolidadas do Ministério da Saúde;

Resoluções de Diretoria Colegiada da Anvisa pertinentes a cada unidade assistencial, em especial a RDC nº 50 de 2002 e RDC nº 51 de 2011, e suas atualizações;

Normas da ABNT relacionadas aos serviços de engenharia e arquitetura objeto desta contratação, atualizadas; ou as normas internacionais consagradas na falta desta, em especial a ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; em sua versão mais atualizada bem como a ABNT NBR 16.651 - Proteção contra incêndios em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

Decreto nº 7.983/2013 – que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União;

Regulamentos e determinações de órgãos regulamentadores e/ou fiscalizadores dos serviços públicos locais;

Leis e normas técnicas locais relacionadas à prevenção e combate à incêndio;

Orientações Técnica IBRAOP aplicáveis, tal como a OT – IBR 002/2009 – Obra e serviço de engenharia;



Demais normas técnicas específicas a aplicáveis e legislação correlata, em especial aquelas consolidadas na Biblioteca de Temas de Serviços de Saúde, disponível em www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/regulamentacao-servicos-de-saude-servicos-de-interesse-a-saude/biblioteca-de-temas-servicos-de-saude

Além das normas estabelecidas pelos catálogos técnicos da ABNT e correlatos, a contratada deverá consultar e aplicar, quando pertinente, as normas indicadas na Biblioteca de Temas de Serviços de Saúde.

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Esta etapa do estudo técnico preliminar consiste no levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado que atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Levantamento com potenciais contratadas

No caso em tela, foi realizada consulta pública e transparente com potenciais contratadas visando alinhar as expectativas deste estudo com as práticas de mercado. Caso, após o levantamento, a quantidade de contribuições seja considerada restrita, a equipe responsável pelo planejamento da contratação poderá avaliar a indispensabilidade dos critérios restritivos à participação, procedendo à sua flexibilização quando pertinente.

O planejamento e a instrução dos processos licitatórios estão em consonância com as práticas adotadas no mercado, especialmente no que se refere à identificação de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da Administração Pública

A execução das obras está alinhada às orientações e normas técnicas que regulam atividades em estabelecimento de atenção à saúde, bem como aos requisitos estabelecidos pelos órgãos de controle, vigilância sanitária e segurança, refletidos nos processos em curso.

Considerando os requisitos definidos e as opções disponíveis no mercado, foram analisados aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. Dessa forma, a solução escolhida atende ao objetivo esperado de maneira otimizada.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 Propósito



Contratação de serviços de engenharia e construção civil por empresa especializada para elaboração de projeto executivo e execução de obra, visando à construção de um Hospital Municipal de Pequeno Porte, conforme projeto nº 107037/BDMG Cidades Sustentáveis, de acordo com especificações, anexos, encartes e instruções complementares previstas no edital de licitação e no Termo de Referência.

Classificação do objeto

Serviços não contínuos ou contratados por escopo, conforme do Art. 6, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação tradicional, na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, regida pela Lei nº 14.133/2021.

A concorrência foi escolhida por ser a modalidade de licitação preferencial para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

Os procedimentos para operação da sessão pública a partir da abertura da licitação até a etapa de homologação observam as disposições da Lei nº 14.133/2021

Escopo da contratação

Elaboração de projeto;

Execução de obra de construção observando o cumprimento do cronograma físico/financeiro previsto.

6.2 Necessidade da contratação

Considerando a complexidade técnica inerente à execução de obras públicas de infraestrutura na área da saúde, especialmente aquelas destinadas à implantação de unidade hospitalar, verifica-se a necessidade de mão de obra especializada, bem como de equipamentos e estrutura operacional adequados para a execução dos serviços.

Ressalta-se que o projeto básico da obra foi devidamente elaborado pelo engenheiro do quadro técnico do Município, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atendendo às exigências legais e técnicas aplicáveis à matéria. Contudo, em razão da especificidade das etapas subsequentes, especialmente no que se refere ao desenvolvimento do projeto executivo e à execução da obra, torna-se necessária a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada e com capacidade técnica comprovada para a realização dos serviços.

Dessa forma, a Administração Municipal promoverá o devido procedimento licitatório para contratação de empresa responsável pela elaboração do projeto executivo e pela execução da obra, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e competitividade, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.



Ademais, não se vislumbra a necessidade de realização de audiência pública, tendo em vista que o objeto apresenta características técnicas bem definidas e amplamente praticadas no mercado, não havendo complexidade que justifique tal procedimento.

6.3 Regime da execução

Seguirá a modalidade de contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

6.4 Complexidade técnica

A execução da dessa obra envolve alta complexidade técnica, exigindo planejamento rigoroso, na confecção dos projetos executivos e sua execução em conformidade com normas sanitárias rígidas (ANVISA) e consequentemente na sua e integração de sistemas complexos de engenharia, como gases medicinais, HVAC (climatização) e elétrica de emergência. Para uma perfeita execução o responsável técnico da obra deve estar focado na complexidade e harmonia de todos projetos para conduzir a equipe da alinhada com todos elementos necessários para sua execução.

6.5 Critério de julgamento

O critério de julgamento será Menor Preço, conforme Art. 6, inciso XXXVIII da Lei nº 14.133/2021.

Este critério é frequentemente adotado por ser mais vantajoso, pois aumenta a competitividade entre as empresas participantes e assegura que a proposta vencedora atenda aos requisitos do edital com o menor custo possível, resultando em economia para a Administração Pública.

6.6 Modo de disputa

O modo de disputa será o aberto, conforme definido pelo Art. 22, inciso III da Instrução Normativa SEGES/ME e do Art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

O modelo de disputa foi escolhido pelos seguintes motivos:

Evitar um possível empate com fase aberta ao final;

Controle das estratégias de maximização dos lucros dos licitantes por meio da etapa fechada;

Qualificar a disputa da etapa aberta, evitando o risco de reduções excessivas dos valores propostos de forma a ser tornarem possivelmente contratos inexecutáveis.

Etapas, prazos de entrega e remuneração



Os serviços serão executados, entregues e medidos em etapas consecutivas, conforme escopo da contratação e condições estabelecidas no cronograma físico/financeiro.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades a serem contratadas em termos de metros quadrados (m²) de projeto estão definidas na planilha orçamentária e memória de cálculo e serão utilizadas apenas para a finalidade de orientação para melhor adequação da proposta de preços do licitante.

Deverá ser apresentado pelo licitante planilha de composição de custos e formação de preços com os valores globais de cada etapa, para que seja possível realizar os pagamentos conforme fluxo de medição previsto.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A contratação em comento corresponde ao valor estimado de R\$6.822.892,33 (Seis milhões e oitocentos e vinte e dois mil e oitocentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos), limite máximo aceitável para contratação, orçado com base nos sistemas de custos federais e estaduais oficiais, bem como em pesquisas de preço complementares.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Para esta contratação a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos sistemas envolvidos. Os riscos associados à divisão do projeto podem superar os benefícios da competição ampliada devido às exigências técnicas específicas e interdependências entre as tarefas.

Sendo assim, a Equipe de Planejamento da Contratação optou pela não adoção do parcelamento da solução objeto desta licitação.

A adoção de agrupamento dos itens justifica-se pela especificidade e similaridade do objeto de contratação, que são fornecidos por empresa do mesmo ramo de atividade, facilitando a fiscalização do acordo a ser celebrado.

Considera-se que a Administração se beneficiará pela economia de escala acarretada pelo agrupamento, promovendo maior eficiência ao procedimento.

Importante observar que o agrupamento é necessário para que exista total integração entre os projetos elaborados assim como um ponto único de responsabilidade técnica pelas decisões de projeto relativas ao empreendimento.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este contrato é autônomo e não requer a realização de contratações correlatas ou interdependentes para a sua execução. O objeto principal será suficiente para atender



todas as necessidades e finalidades estipuladas sem a dependência de outros contratos ou aquisições adicionais.

A Administração Pública garante que todas as obrigações e finalidades do presente contrato serão cumpridas, independentemente, de qualquer outro processo licitatório. Esta contratação foi planejada para assegurar sua plena efetividade sem a necessidade de suporte externo ou adicional.

Este contrato possui todas as especificações e garantias necessárias para a execução completa do objeto contratado, conforme previsto no termo de referência e aprovado conforme a legislação vigente.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação está alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde no que se refere à ampliação e qualificação da rede de atenção hospitalar, especialmente em municípios de pequeno porte. A implantação do Hospital de Pequeno Porte (HPP) no município de Bonfinópolis de Minas – MG visa fortalecer a infraestrutura assistencial local, ampliando a capacidade de atendimento hospitalar e garantindo melhores condições de acesso aos serviços de saúde pela população.

Ressalta-se que o projeto observará as normas técnicas aplicáveis à infraestrutura de estabelecimentos assistenciais de saúde, em especial a Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, que dispõe sobre o planejamento e elaboração de projetos físicos de unidades de saúde, bem como a ABNT NBR 9050, que estabelece critérios de acessibilidade em edificações e espaços públicos.

A execução do empreendimento será viabilizada por meio de financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), constituindo investimento estratégico para o fortalecimento da rede municipal de saúde e para a melhoria da qualidade da assistência prestada à população. Toda a documentação pertinente permanecerá devidamente registrada no processo administrativo para fins de controle e fiscalização.

12. RESULTADOS DESEJADOS

A construção de um **Hospital de Pequeno Porte (HPP)** no município de Bonfinópolis de Minas – MG tem como objetivo ampliar a capacidade de atendimento hospitalar local, fortalecendo a rede de atenção à saúde e melhorando o acesso da população aos serviços hospitalares.

A implantação do HPP busca reduzir os vazios assistenciais existentes na região, oferecendo suporte a atendimentos de urgência, estabilização de pacientes e



internações de baixa complexidade, além de apoiar as ações desenvolvidas pela Atenção Primária à Saúde.

Com a implementação da unidade, espera-se ampliar a capacidade instalada do município, qualificar a assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde e proporcionar maior resolutividade no atendimento, reduzindo a necessidade de deslocamentos da população para outros centros de referência.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Considerando a programação orçamentária vinculada ao financiamento para implantação do Hospital de Pequeno Porte (HPP), os prazos de elaboração, análise, revisão e aprovação dos documentos técnicos foram estimados de modo a viabilizar a contratação do objeto no exercício de 2026. A partir da formalização da contratação, estima-se prazo de execução de 12 (doze) meses para a conclusão da obra, observando-se o cronograma físico-financeiro previsto no processo administrativo.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) a execução de atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente depende de prévio licenciamento por parte dos órgãos ambientais competentes. Quando for identificado significativo impacto ambiental, será exigida a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como condição para a emissão da licença.

Bonfinópolis de Minas, 07 de abril de 2026.

VINÍCIUS ANDRADE SANTOS
ENGENHEIRO
CREA230.293/D – MG

NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1.** Órgão ou entidade interessada: Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2.** O presente Termo de Referência tem por finalidade evidenciar a necessidade, a viabilidade e a adequação da contratação, pelo Município de Bonfinópolis de Minas/MG, de empresa especializada em engenharia no ramo da construção civil para a elaboração e execução de obra, visando à construção de um de Hospital Municipal de Pequeno Porte, conforme projeto nº 107037/BDMG Cidades Sustentáveis.
- 1.3.** Trata-se de iniciativa voltada à construção de um Hospital de Pequeno Porte (HPP), fundamentada na necessidade de ampliar o acesso da população aos serviços hospitalares no município de Bonfinópolis de Minas – MG, que atualmente possui cerca de 5.528 habitantes, fortalecendo a rede local de atenção à saúde e garantindo atendimento mais próximo e resolutivo aos usuários do Sistema Único de Saúde.
- 1.4.** O objeto da contratação tem a natureza de serviços comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5.** O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.
- 1.6.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses (doze meses) contados a partir da data de emissão da ordem de serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. OBJETIVO

- 2.1.** Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para elaboração de projeto executivo e execução de obra, visando à construção de um de Hospital Municipal de Pequeno Porte, conforme projeto nº 107037/BDMG Cidades Sustentáveis, sob regime semi-integrado (projeto executivo e construção).

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente instrumento e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 1.253 de 06 de março de 2023 e legislação correlata.



4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. A problemática central que justifica a priorização da **construção de um Hospital de Pequeno Porte (HPP)** no Município de Bonfinópolis de Minas – MG decorre da necessidade de reduzir os vazios assistenciais na oferta de serviços hospitalares e ampliar a capacidade instalada da rede municipal de saúde, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e com a organização regionalizada da assistência. Inserido em uma região de grande extensão territorial e com população dispersa, o município enfrenta desafios relacionados ao acesso oportuno a serviços hospitalares, o que torna necessária a ampliação da infraestrutura local para atendimento da demanda existente.

4.2. O BDMG Cidades Sustentáveis é uma linha de financiamento específica oferecida pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) voltada para prefeituras mineiras. O objetivo é financiar projetos de infraestrutura que gerem impacto positivo no meio ambiente, melhorem a qualidade de vida urbana e promovam a resiliência dos municípios. O objeto da contratação em estudo localiza-se no eixo Saúde.

4.3. A justificativa para a construção do objeto fundamenta-se na necessidade de ampliar o acesso da população aos **serviços hospitalares**, garantindo atendimento adequado à população do município de Bonfinópolis de Minas – MG, atualmente estimada em **5.528 habitantes**, bem como fortalecer a capacidade assistencial da rede municipal de saúde.

4.4. Bonfinópolis de Minas (CNES: 4061500) pertence a um cenário de vazio assistencial de serviços especializados, a grande extensão geográfica e a baixa densidade demográfica na Região de Saúde de Unaí (que é composta por 12 municípios, com a população estimada de 269 mil habitantes distribuídos em um universo de 40.607,900Km² - IBGE, 2019). Nossa extensão territorial é vasta e não possuímos em nossa rede, unidades básicas de saúde na zona rural, todas estão locadas na cidade. Nesse contexto regional, caracterizado por grandes distâncias geográficas, baixa densidade populacional e forte dependência da rede pública de saúde, o acesso oportuno a serviços hospitalares constitui um desafio permanente para os usuários do Sistema Único de Saúde.

4.5. Ademais, a implantação de um Hospital de Pequeno Porte representa medida estratégica para ampliar a capacidade assistencial do município, possibilitando a oferta de serviços hospitalares básicos, suporte a atendimentos de urgência e estabilização clínica de pacientes. O Ministério da Saúde reconhece esse tipo de unidade como



componente importante da organização regional do Sistema Único de Saúde, especialmente em municípios de pequeno porte, onde o hospital local atua de forma complementar à Atenção Primária à Saúde e integrado à Rede de Atenção à Saúde (RAS). Essa articulação contribui para maior resolutividade no território, reduz a necessidade de deslocamentos para centros maiores e fortalece a regionalização dos serviços.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e nos documentos descritivos que compõe o presente.

6. SOLUÇÕES TÉCNICAS GLOBAIS E LOCALIZADAS (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA B, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

6.1. No escopo desta contratação diferem-se os produtos em 02 (Dois) grupos principais:

- a) Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia, estudos, levantamentos e projetos complementares necessários para completa execução do Objeto.
- b) Execução de todas as obras, etapas e ações necessárias para completa execução do objeto.

6.2. Todos os estudos, levantamentos, análises, coleta de dados e documentação técnica, necessários ao atendimento do escopo do objeto e elaborado pela Contratada, tanto relativa a obras e/ou projetos, serão de propriedade exclusiva do Município de Bonfinópolis de Minas, que dele se utilizará conforme melhor lhe convier, a qualquer tempo.

6.3. É vedado à Contratada dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros quaisquer estudos, levantamentos, análises, dados coletados e documentação técnica, preparado ou recebido para a execução dos serviços e/ou obras, salvo com prévia autorização expressa do responsável pelo órgão contratante.

6.4. PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA

6.4.1. O prazo para elaboração e aprovação do Projeto Executivo será de até 30 (trinta) dias consecutivos contados a partir da Ordem de Serviço.

6.4.2. Conforme definição contida no Artigo 6º, inciso XXVI da Lei nº 14.133, de 01



de abril de 2021, o Projeto Executivo deverá conter o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

6.4.3. Desta forma, caberá à Contratada a elaboração do Projeto Executivo de Engenharia necessário e satisfatório à execução do objeto, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser respeitados e levados em consideração os parâmetros técnicos indicados pelo Projeto de Engenharia disponibilizado.

6.4.4. Conforme disposto no Artigo 45, §5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterações significativas no Projeto não serão vedadas, porém, deverão ser rigorosamente justificadas e discutidas com todos os entes de alguma forma impactados, com o contratado assumindo integralmente os riscos associados indicados no mapa de gerenciamento de riscos.

§ 5º Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico e aprovado previamente pela VISA-Regional.

6.4.5. A elaboração do projeto executivo deve seguir as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Manual de Obras Públicas, ABNT e demais regulamentações pertinentes e vigentes.

6.4.6. As Normas e Instruções a serem utilizadas não serão limitadas às citadas, cabendo à Empresa contratada a verificação de existência de normas/manuais nos órgãos e intervenientes envolvidos. Não será aceita como justificativa o desconhecimento da existência de normatização.

6.4.7. Cabe observar que os dados fornecidos no Projeto de Engenharia não eximem a proponente da necessidade de realização de novos levantamentos e estudos para a elaboração do Projeto Executivo, realizando a atualização e/ou complementação do que se fizer necessário.

6.4.8. O Projeto Executivo assegurará ampla apresentação dos Projetos/Estudos:



Topográficos, Superestrutura, Drenagem, Sinalização, Iluminação, Obras Complementares, Especificação de Serviços e Materiais, Quantitativo e Orçamento e Plano de Execução.

6.4.9. O Projeto Executivo incluirá memórias de cálculo de dimensionamento, especificações de serviços e plano de execução de toda a obra, considerando ainda, a questão logística para sua execução.

6.4.10. As revisões de projeto, por qualquer motivo, inclusive os decorrentes da necessidade de adição de elementos como Obras Complementares, remanejamento de redes de serviço público, são de responsabilidade da Contratada.

6.4.11. O não atendimento às solicitações da CONTRATANTE para revisão dos projetos ensejarão descumprimento do objeto contratual.

6.5. ALTERAÇÕES NO PROJETO DE ENGENHARIA

6.5.1. Haverá permissão para a CONTRATADA inovar em soluções metodológicas e tecnológicas desde que mantidas as características do objeto, sendo permitidas inovações somente nos meios e recursos utilizados e não no resultado.

6.5.2. Requerer-se-á a apresentação prévia à CONTRATANTE e a VISA-Regional, para aprovação, devendo ser entregue para análise um relatório técnico descritivo da solução a ser adotada.

6.5.3. As inovações tecnológicas que venham a ser apresentadas pela Contratada precisarão ser discutidas na fase de Projeto Executivo, ocasião em que serão aprovadas as mudanças de concepção das soluções de Projeto de Engenharia disponibilizado.

6.5.4. A apresentação dessas soluções deve estar bem embasada, por meio de um Relatório Técnico, onde deverão constar os estudos e informações capazes de inferir que a inovação atende aos critérios de desempenho, vida útil e eficiência da solução indicada no Projeto de Engenharia disponibilizado. Além disso, deve ser apresentado estudo comparativo de custo de manutenção, quando couber. Desde que haja vantajosidade para a Administração, a CONTRATANTE poderá atualizar as especificações que possuem conflitos com as inovações metodológicas e tecnológicas propostas a fim de permiti-las.

6.5.5. A CONTRATADA assumirá automaticamente os custos adicionais advindos de alterações de soluções metodológicas ou tecnológicas previamente definidas em Termo de Referência/ Projeto Básico, exceto em casos em que a alteração for solicitada



diretamente pela própria CONTRATANTE ou cuja motivação e justificativas sejam formalmente aprovadas pela Administração.

6.5.6. A CONTRATADA será a responsável técnica pelo projeto executivo elaborado, assumindo toda e qualquer inconsistência não corrigida, se houver, sendo igualmente responsável pelas adequações e correções futuras, se necessário.

6.6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO NO PROJETO EXECUTIVO

6.6.1. Os projetos deverão ser elaborados em obediência às Especificações de Projeto da CONTRATANTE.

6.6.2. Deverão ser apresentadas as ART's da(s) empresa(s) e/ou consórcio(s) responsável(is) e do responsável técnico pela elaboração do Projeto. Em caso de Consórcio, este deverá estar devidamente registrado ou possuir visto no CREA/MG.

Os projetos executivos a serem elaborados de acordo com a contratação serão:

A. PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA;
B. PROJETO EXECUTIVO DE SPDA;
C. PROJETO EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS;
D. PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO;
E. PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO;
F. PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
G. PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS;
H. PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO.

6.6.3. São alguns dos requisitos e diretrizes para elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo:

- a)** Avaliar as áreas de influência do projeto, as características da topografia do terreno e as redes de infraestrutura existentes no entorno;
- b)** Especificar métodos construtivos, sistemas estruturais, utilização de materiais e instalações adequados às condições do local da ampliação;
- c)** Gerir os efluentes sanitários e resíduos sólidos de acordo com as leis, normativas,



regulamentos, posturas e demais documentos técnicos aplicáveis;

- d)** Estabelecer soluções técnicas e de materiais que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação da obra, soluções construtivas racionais que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação, não só na sua produção, mas também ao longo da sua vida útil;
- e)** Compatibilizar todas as disciplinas de projetos entre si, inclusive com a planilha orçamentária elaborada pela prefeitura municipal de Bonfinópolis de Minas-MG;
- f)** Encaminhar, para aprovação, os projetos e estudos elaborados, e realizar possíveis correções solicitadas. O pagamento da etapa de projetos e estudos estará condicionada a aprovação da PMBM após realização de análise técnica por sua equipe técnica;
- g)** Emitir os documentos de responsabilidade técnica devidos da elaboração dos projetos e estudos e apresentá-las a PMBM;
- h)** Deverá ser previsto nos projetos o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível, deverá fazer uso de energia renovável.

6.6.4. Os projetos devem obedecer detalhadamente as NBR's vigentes da ABNT e outras que forem necessárias para a elaboração de cada Projeto Executivo. Os mesmos deverão ser entregues a PMBM em formato PDF, DWG e uma via impressa de cada prancha.

6.6.5. De acordo com o cronograma físico-financeiro, os projetos deverão ser entregues dentro do primeiro mês após a data da ordem de serviço.

6.6.6. O prazo de entrega poderá ser prorrogado somente mediante justificativa e autorização do órgão solicitante. O pagamento será realizado somente após certificado pelo agente recebedor a efetiva entrega do projeto completo.

6.6.7. O custo de entrega dos objetos correrá por conta do fornecedor contratado, não podendo ser cobrado da administração qualquer custo de entrega.

6.6.8. O Departamento de Engenharia da Prefeitura de Bonfinópolis de Minas será o responsável pela aprovação do projeto executivo de engenharia.

7. EXECUÇÃO DAS OBRAS

7.1. O prazo para execução da obra será de 12 (doze) meses, contados a partir da Ordem de Serviço de Obra.

7.2. Durante as obras deverão ser adotadas sinalização diurna e noturna e controle na restrição de tráfego. É obrigação da Contratada a utilização da Sinalização Temporária



até o recebimento definitivo das obras, a qual deve ser sempre mantida em bom estado.

7.3. A execução das obras deverá ser levada a cabo em tantas frentes de serviços quantas forem necessárias a fim de que o objeto seja concluído no prazo programado, havendo liberação prévia da CONTRATANTE.

7.4. A sistemática a ser empregada no preparo das áreas das obras deverá seguir fielmente ao Projeto Executivo, devidamente aprovado pela CONTRATANTE.

7.5. Durante a execução da obra, a Contratada deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- Qualidade dos serviços, inclusive, obediência ao Projeto de Executivo e aos dispositivos contratuais;
- Cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico-financeiro;
- Proteção ao meio ambiente e atendimento às condicionantes ambientais do empreendimento;
- Solução de problemas construtivos surgidos, com anuência do departamento de Engenharia da Prefeitura de Bonfinópolis de Minas;
- Execução de ensaios tecnológicos e de controle geométrico;

7.6. Cumpre observar que compõe Critério de Aceitabilidade geral, para a obra como um todo e abarcando todas as famílias de serviço, os seguintes itens:

- Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela elaboração e execução das obras, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados ou possuírem visto no CREA/MG;
- Controles tecnológicos dos materiais e peças dentro das condições estabelecidas pelas especificações da CONTRATANTE e das demais referenciadas, com relação ao tipo dos ensaios, periodicidade, amostragem e resultados;
- Todas as áreas de ocorrências de materiais caso seja necessário, tais como, bota-foras, caminhos de serviço, canteiros, áreas de empréstimos e outros que forem indicados na elaboração do Projeto Executivo, e que serão exploradas para a execução das obras, deverão ser recuperadas tão logo termine a exploração e antes da conclusão da obra.



8. SOLUÇÕES TÉCNICAS PREVISTA NO ORÇAMENTO.

8.1. As soluções técnicas previstas no orçamento estão de acordo com o projeto básico e o memorial descritivo elaborados pelo corpo técnico do Município, os quais representam o conjunto de definições relativas ao objeto a ser executado, indicando suas características, funcionalidades, objetivos e capacidades. As representações do empreendimento estabelecem, com precisão, a forma, as dimensões e os principais elementos construtivos necessários à implantação do Hospital de Pequeno Porte (HPP).

8.2. Nos serviços de engenharia a serem realizados, o projeto básico e o memorial descritivo elaborados pelo corpo técnico do Município, direcionam a elaboração dos projetos executivos complementares bem como a execução dos mesmos, indicando a arquitetura contemplada bem como os cortes transversais e longitudinais contendo a indicação dos níveis de piso e demais acessórios que compõem a obra. Projetos esses que serão fornecidos pela prefeitura ao vencedor do certame.

8.3. Para a implantação do empreendimento foi considerado terreno plano, sem variações significativas de topografia, localizado no Município de Bonfinópolis de Minas – MG, adequado à construção da unidade hospitalar. O Hospital de Pequeno Porte (HPP) será estruturado para ofertar serviços hospitalares básicos, incluindo atendimento inicial às urgências, estabilização de pacientes, observação clínica e internações de baixa complexidade, além de apoiar o encaminhamento para serviços de maior complexidade quando necessário. O projeto adotado observa as diretrizes técnicas aplicáveis à implantação de estabelecimentos assistenciais de saúde, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e atendimento à população.

9. IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS A EXECUTAR E DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A INCORPORAR À OBRA (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA “C”, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

9.1. Os materiais a serem utilizados deverão ser novos, de boa qualidade e obedecer a estas especificações, às normas da ABNT, no que couber, e às exigências das concessionárias locais.

9.2. Os materiais colocados na obra estarão sujeitos, em qualquer momento, à aprovação da fiscalização, independentemente de sua aplicação.

9.3. Deverão ser removidos do local caso não sejam aprovados.

9.4. Serão executados, conforme projeto, planilha e cronograma, seguindo o padrão de



segurança.

9.5. Para a perfeita execução da obra ou do serviço de engenharia, a contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas na tabela abaixo, bem como das suas especificações e quantidades, promovendo sua substituição quando necessário.

9.6. Os valores dos materiais deverão estar inclusos na planilha de custos e na formação de preços apresentada pela contratada.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Sustentabilidade

10.1.1. A contratação deverá observar as normas de ambientais vigentes.

10.1.2. A contratação deverá considerar a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.

10.1.3. A contratação deverá considerar a utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

10.2. Garantia da contratação

10.2.1. Garantia de Contrato: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

10.2.2. Fica a contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda, com cópia ao Setor de Licitação e Contratos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente, com validade para todo o período contratual.

10.2.3. As modalidades de garantias previstas, são:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural;
- seguro-garantia;
- fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco



Central do Brasil.

10.2.4. No caso de renovação da contratação, a contratada deverá renovar a garantia.

10.2.5. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

10.2.6. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias.

10.2.7. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela equipe de gestão e de fiscalização.

10.2.8. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

10.2.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

10.3. Vistoria

10.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

10.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

10.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.3.4. O dia e horário da vistoria deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas/MG, CEP: 38.650-000, para proceder Vistoria Técnica Facultativa até 01 (um) dia anterior à data de abertura, de acordo com prévio agendamento junto ao Agente de



Contratação, pelo endereço eletrônico licitabonfinopolis@gmail.com, das 08h às 12h.

10.3.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.3.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. Prazo de execução

11.1.1. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, a contar da data da ordem de serviço, e está contemplado no prazo contratual.

11.1.2. O prazo de execução observará o cronograma físico-financeiro integrante ao Termo de Referência.

11.1.3. O prazo para expedição da ordem de serviço será em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

11.1.4. A expedição da ordem de serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato resumido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e a entrega do Termo de Garantia de Cumprimento do Contrato, conforme dispõe o art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.1.5. O prazo de recebimento provisório e definitivo será de até 90 (noventa) dias, e está contido no prazo de vigência do contrato.

11.1.6. Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados na Rua Diamantina, SN, Bonfinópolis De Minas-MG.

11.2. Materiais a serem disponibilizados

11.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.



11.2.2. Todos os materiais necessários à execução dos serviços deverão obedecer às normas, especificações, métodos de ensaio e padronização da contratante, e demais normas pertinentes à ABNT.

11.3. Canteiro

11.3.1. A contratada deverá prever a instalação de canteiro de obras e/ou serviços para a execução do contrato e manter até o final das atividades.

11.3.2. A contratada deverá prever barracão, sanitários, vestiários, depósitos, almoxarifado, áreas de estocagem e todas as demais dependências, no devido dimensionamento e conveniência em relação ao volume da obra e/ou serviços.

11.3.3. Será procedida periódica remoção de todo o entulho e detritos que venham a acumular no terreno, no decorrer da obra.

11.3.4. Todas as instalações do canteiro, inclusive da própria obra, deverão ser conservadas limpas e em perfeito funcionamento, durante todo o prazo contratual de execução dos trabalhos.

11.3.5. A contratada deverá preencher o diário de obras para anotação diária de todos os dados e fatos importantes ocorridos durante a execução da obra, devendo ser assinado diariamente pelo engenheiro residente e pelo fiscal do contrato.

11.4. Mão de Obra

11.4.1. O pessoal de mão de obra deverá se apresentar uniformizado conforme modelo a ser fornecido pelo contratante, e com todos os equipamentos necessários à sua profissão.

11.4.2. As despesas com o fornecimento de alimentação e transporte para mão de obra alocada serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

11.4.3. Deverão ser fornecidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI para cada operário, obedecidas às normas de segurança aplicáveis, compatíveis à necessidade de cada tipo de serviço realizado.

11.4.4. Deverão ser fornecidas ferramentas necessárias à realização de cada tipo de serviço para cada operário que irá realizá-lo.

11.5. Sustentabilidade ambiental



- 11.5.1.** Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, preservando a fauna e a flora existentes no local de execução dos serviços, e mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;
- 11.5.2.** Empregar apenas produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal;
- 11.5.3.** Responsabilizar-se pela desmobilização das estruturas de apoio que houver instalado para executar os serviços, bem como pela recuperação ou reabilitação das áreas utilizadas que, por sua culpa, tenha gerado impacto ao meio ambiente;
- 11.5.4.** Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da Resolução CONAMA no 307/2002, obedecendo, no que couber;
- 11.5.5.** Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- 11.5.6.** Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 11.5.7.** Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 11.5.8.** Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 11.5.9.** Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- 11.5.10.** Assumir, sem ônus para o CONTRATANTE, as multas que vierem a ser aplicadas pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

11.6. Segurança do trabalhador



11.6.1. Serão obedecidas todas as recomendações e normas relativas à segurança do trabalho no que se refere aos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs.

11.7. Acessibilidade

11.7.1. Integra o presente instrumento, onde couberem, as normas, especificações e métodos brasileiros aprovados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, incluindo-se as normas de acessibilidade determinadas no Decreto Federal nº 5.296, de 2004, aplicando-se a todos os serviços e materiais ora contratados.

12. SUBSÍDIOS PARA MONTAGEM DO PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DA OBRA

12.1. Disposições gerais

12.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.2. Supervisor

12.2.1. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação



à execução do objeto contratado.

12.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

12.2.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

12.3. Gestão e Fiscalização Contratual

12.3.1. Caberá ao servidor designado como gestor do contrato, ser indicado após a homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do Decreto Municipal nº 1.253 de 2023.

12.3.2. Caberá à ao fiscal do contrato, a ser indicado após a homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, a fiscalização da contratação, ficando responsável pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 1.253 de 2023.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. Medições

13.1.1. As medições serão realizadas em conformidade com a apropriação dos serviços, obedecendo aos quantitativos das obras e serviços realmente executados pela contratada.

13.1.2. A cada alteração contratual necessária, por acréscimo ou supressões do objeto, observados os limites legais, bem como prazos, será acordado novo cronograma, atendido o interesse do Município de Bonfinópolis de Minas.

13.1.3. As medições serão feitas mediante solicitação da contratada, através ofício ao setor de engenharia acompanhado de boletim de medição e relatório fotográfico dos serviços executados.



13.1.4. A primeira será realizada após 10% da execução concluída de acordo com o físico-financeiro, e as subsequentes, a cada 10% de execução concluída até totalizar 100% de execução da obra. O boletim de medição deverá ser acompanhado de memória de cálculo de quantidades e relatório fotográfico, com indicação dos locais de aplicação dos serviços medidos, nos termos do art. 92, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.1.5. As medições deverão conter somente os materiais efetivamente empregados, vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura.

13.1.6. A contratada terá que disponibilizar juntamente com os projetos executivos, as memórias de cálculo de dimensionamento a eles relativos.

13.1.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.2. Do Recebimento

13.2.1. Executado o objeto do contrato, a sua atestação se fará por aceite pelos responsáveis pela fiscalização, em cada fatura.

13.2.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

13.2.3. Executado o serviço, e estando o mesmo em condições de ser recebido, a contratada deverá comunicar à fiscalização, por escrito e dentro do prazo de 10 (dez) dias, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento provisório.

13.2.4. Constatada a condição de conclusão do objeto por meio da vistoria, em até 15 (quinze) dias, contados a partir do término do serviço, a fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório (art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

13.2.5. Caso a fiscalização, durante a vistoria para o recebimento provisório, constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências concedendo-se o prazo compatível, de até 30 (trinta) dias, da data da emissão do Termo, para a contratada, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em partes, o objeto do contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.

13.2.6. Caso, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela



fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data, sujeitando-se a contratada às penalidades cabíveis.

13.2.7. No prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, se não houver pendências será observado o funcionamento e/ou produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada a vistoria por servidor ou comissão designada pela Administração, com vista à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.2.8. Havendo indicação de novas pendências, será concedido novo prazo, limitado a 15 (quinze) dias, contados da vistoria, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

13.2.9. Sanadas as pendências, será efetuada vistoria final e, verificada a perfeita adequação do serviço, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias, da comunicação da contratada.

13.2.10. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.

13.2.11. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

13.3. Liquidação

13.3.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os quantitativos de obras e serviços realmente executados pela contratada.

13.3.2. Os pagamentos serão efetuados pela Administração em moeda corrente nacional, em 30 (trinta) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

13.3.3. O pagamento somente será liberado após a regular liquidação da despesa, respectivamente, e mediante a apresentação, pela contratada, dos seguintes documentos que deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade, quando for o caso:

13.3.3.1. Respectivas medições, faturas e notas fiscais;



13.3.3.2. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195 § 3º;

13.3.3.3. Certificado de regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

13.3.3.4. Relação de funcionários que estejam trabalhando em prol da contratada;

13.3.3.5. Comprovante de pagamentos dos funcionários da relação do item anterior;

13.3.3.6. Comprovante de pagamento do INSS (GPS) dos funcionários, referente ao mês anterior trabalhado;

13.3.3.7. Comprovante de pagamento do FGTS (GFIP) dos funcionários, referente ao mês anterior trabalhado;

13.3.3.8. Cópia do recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA e/ou CAU (apresentado nas medições, ou quando houver alteração do profissional responsável).

13.3.3.9. Cópia do comprovante de abertura de CNO (Cadastro Nacional de Obras).

13.3.4. A contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no art. 137, §2º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

13.3.6. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

13.3.7. O contratante estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Critérios de aceitabilidade de preços



14.1.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

14.1.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade, nos termos do art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.1.3. 13.3.1. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será:

- a) valor global: conforme valor estimado da licitação.
- b) custos unitários: custos unitários não superiores aos orçados pela Administração. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, devidamente truncada em duas casas decimais.

14.2. Exigências de habilitação

- a) *Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratações verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:*
- b) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);*
- c) *Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).*
- d) *Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;*
- e) *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que*



prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

f) *Confirmado pela existência da autorização, o Agente de Contratação não poderá apresentar licitantes, devido à falta de condição de participação.*

14.2.1. A licitante vencedora deverá anexar no sistema a seguinte documentação de Habilitação:

A. HABILITAÇÃO JURÍDICA (artigo 66 da lei federal nº 14.133/2021):

- I. Registro Comercial, não no caso de empresário individual;
- II. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- III. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

B. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (artigo 68 da lei federal nº 14.133/2021)

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- IV. Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- V. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente à tributos mobiliários, compatível como objeto contratual;
- VI. Certidão de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;



VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;

Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

C. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69, DA LEI Nº 14.133/21)

I. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a. Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

b. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

II. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais – (2024 e 2025) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, comprovando:

a. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

III. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;



- IV. As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.
- V. No caso de escrituração contábil digital do balanço (sistema sped), deverá ser apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado do(s) termo(s) de abertura e encerramento do exercício e respectivos Termo(s) de Autenticação do livro digital do exercício.

JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS - os índices financeiros indicados neste edital são usuais de mercado e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Considerando a necessidade de realizar análise quanto a saúde financeira da pretende contrato visando a evitar contratação com empresa incapaz de executar a avença durante toda vigência, com consequente prejuízo quanto a obtenção do objeto contratado ou descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato. Portanto, faz-se necessária a exigência de qualificação econômico-financeira pela necessidade de aferir a saúde financeira da CONTRATADA para cumprir com todas as obrigações exigidas durante o período de execução contratual.

D. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

- I. Comprovação de Registro junto ao CREA através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, bem como a Certidão de Registro e Quitação do (s) seu (s) responsável (eis) Técnico (s) pertencente ao quadro da empresa com formação em Engenharia Civil;
- II. Capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica -ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT; e
- III. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA



- ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico serem registrados ou inscritos no CREA de outro estado, deverão ser providenciados os respectivos vistos do órgão regional de Minas Gerais por ocasião da assinatura do contrato; e
- IV. Apresentação de CAT – Certidão de Acervo Técnico fornecido pelo CREA /CAU, em nome da empresa licitante, relativa à execução dos serviços similares ao objeto licitado, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução.
- V. - Comprovação de capacidade técnica-operacional, através da apresentação em no máximo 3(três) atestados de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Certidão de Acervo Operacional – CAO, comprovando que a empresa licitante executou obra com quantitativos de no mínimo 50% (cinquenta por cento) ao do objeto desta licitação, os itens de requisitados são:

ITEM	SERVIÇO	UNID
01	Corte e dobra em aço CA50-CA60	17.881,10 kg;
02	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na vertical de 14x19x39	5.236,52 m²;
03	Laje pré fabricada unidirecional em viga treliçada e EPS	1.449,78 m²;
04	Execução de estrutura metálica para telhado, composta por treliças e terças.	9.065,86 Kg;
05	Telhamento com telha em aço galvanizado termoacústica em formato trapezoidal E = 30mm	1.503,30 m²;
06	Impermeabilização de superfície com manta asfáltica aplicada em laje	1.449,78 m²;
07	Impermeabilização de superfície com emulsão asfáltica 2 demãos	1.363,34 m²;
08	Piso granilite alta resistência, colorido H = 8mm aplicado com juntas	1.136,16 m²;
09	Forro em drywall	1.468,84 m²;
10	Emassamento com massa látex ou acrílica, uma demão, lixamento manual	10.921,37 m²;
11	Pintura acrílica, aplicação manual em paredes, duas demãos	10.921,37 m²;
12	Execução de concreto estrutural, FCK mínimo de 25Mpa	315,28 m³.

15. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS



15.1. A descrição dos itens e definição dos quantitativos estimados encontram-se explicitadas no memorial descritivo e na memória de cálculo, anexos deste instrumento.

16. ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO GLOBAL DA OBRA (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA “F”, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

16.1. O valor aproximado é **R\$ 6.822.892,33 (Seis milhões e oitocentos e vinte e dois mil e oitocentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos)**, conforme o orçamento sintético.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária: 10.302.1001.1078.4.4.90.51.00 Ficha 324.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Nesta licitação será admitida a possibilidade de subcontratação, conforme Art. 122 da Lei 14.133/2021, admitida até o limite de 40% do valor do contrato, excluindo as partes principais e de maior relevância.

18.2. Ao permitir a subcontratação parcial, desde que não seja parcela relevante conforme etapa de habilitação técnica, pretende-se trazer economicidade ao certame licitatório, tendo em vista que a empresa ou o Consórcio vencedor poderá subcontratar empresas locais para efetuar os serviços que demandam mais tempo in loco tais como: medições, levantamentos, ensaios e outros estudos técnicos especializados, se aprovados pela equipe de fiscalização.

18.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

18.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,



trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

19.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

19.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

19.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

19.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 18.1 deverá ser formalizada pôr termo aditivo ao contrato.

20. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

20.1. São obrigações do Contratante:

20.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo com o Edital, o contrato e seus anexos;

20.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e no edital;

20.1.3. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

20.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela empresa contratada;

20.1.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Edital, no contrato e nos seus anexos;



20.1.6. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

20.1.7. Cientificar, por meio do gestor do contrato, o órgão de assessoramento jurídico do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

20.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

20.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

20.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

20.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20.2. São obrigações da contratada, além de outras exigências definidas no contrato:

20.2.1. Fornecer e entregar o item licitado em conformidade com a solicitação e a necessidade da municipalidade, no local e quantidade constante na requisição escrita do Administração;

20.2.2. Realizar a entrega da obra, arcar com mão de obra, maquinário, ferramentas e insumos necessários para a execução do objeto ofertado;

20.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

20.2.4. Observar com rigor a pontualidade e assiduidade no fornecimento do objeto deste Termo de Referência, ficando sujeito à multa em caso de descumprimento;

20.2.5. Arcar com todas as despesas decorrentes desta contratação (fornecimento),



incluindo as despesas tributárias e trabalhistas dos empregados que contratar para execução do contrato;

20.2.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

20.2.7. Aceitar, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento), observando a obrigação estipulada no art. 128 de não haver redução na diferença percentual (desconto) entre o valor global do contrato e o preço global de referência em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme detalhado nos elementos instrutores da licitação;

20.2.8. Atender prontamente às reclamações da contratante, substituindo, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, os itens que não atenderem às especificações e normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;

20.2.9. Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, por si e/ou seus prepostos;

20.2.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. Fraudar a licitação;

21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na licitação;

21.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.



21.2. O contratado, por sua vez, será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 21.2.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 21.2.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 21.2.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 21.2.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 21.2.5.** Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 21.2.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 21.2.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;
- 21.2.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

21.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

- 21.3.1.** Advertência;
- 21.3.2.** Multa;
- 21.3.3.** Impedimento de licitar e contratar;
- 21.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Item “21.2.1”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos Itens “21.1” e “21.2”, de acordo com os seguintes percentuais:

- 21.5.1.** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;
- 21.5.2.** 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- 21.5.3.** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos



demais casos de descumprimento contratual, quando a autoridade competente, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

21.6. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo contratante. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Bonfinópolis de Minas será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do Item “21.1” e nas alíneas “b”, “c” e “d”, do Item “21.2”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Bonfinópolis de Minas pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Bonfinópolis de Minas será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, do item “21.1”, e nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item “21.2”, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item “21.1”, e nas alíneas “b”, “c” e “d”, do item “21.2”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item “21.4”, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.9. A sanção estabelecida no item “21.4” será precedida de análise jurídica e, quando aplicada por órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, será de competência exclusiva da autoridade máxima do respectivo órgão ou entidade;

21.10. As sanções previstas nos itens “21.3.2”, “21.3.4” e “21.3.5” poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no Item “21.3.3” desta cláusula.

21.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.12. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



21.13. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21.14. A aplicação das sanções previstas nos Itens “21.3.4” e “21.3.5” requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.17. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

21.17.1. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item “21.14”;

21.17.2. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013;

21.17.3. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.18. Os atos previstos como infrações administrativas neste Edital, em lei federal ou em decretos, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente.

21.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital, na lei federal ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.20. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

21.21. Para fins de aplicação das sanções previstas nos Itens “21.3.2”, “21.3.3”, “21.3.4” e “21.3.5”, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

21.22. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma abaixo:

21.22.1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

21.22.2. Punitiva de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

21.23. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta na multa punitiva prevista neste Item e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

21.24. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

21.24.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

21.24.2. Pagamento da multa;

21.24.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

21.24.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

21.24.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao



cumprimento dos requisitos definidos neste Item.

21.25. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “d” e “h” do Item “21.1” deste Edital, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1. Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

22.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

23. REAJUSTE

23.1. Os preços que vierem a ser contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data e, assim, a cada período de um ano contado do último período anterior ao novo ciclo, conforme requerimento protocolado pela contratada e, verificado a hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo à variação dos índices globais setoriais constantes da planilha orçamentária.

23.2. A data base inicial utilizada para fins de reajuste, em sentido estrito, será a mais atualizada indicada pela Administração na licitação.

23.3. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

23.4. A contratada não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria contratada, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.



23.5. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

23.6. Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário do orçamento estimado ou até a data do último reajuste concedido, conforme o caso, bem como após a celebração do termo aditivo ou do encerramento do contrato, serão objeto de preclusão.

24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

24.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

24.2. A execução das obras e serviços obedecerá rigorosamente às informações constantes neste instrumento do qual fazem parte integrante seus anexos, vedada qualquer modificação sem o consentimento formal da comissão de fiscalização.

24.3. O Termo de Referência, o memorial descritivo e orçamento são elementos que se complementam, devendo as eventuais discordâncias ser resolvidas junto a fiscalização com a mais adequada ordem de prevalência.

24.4. Nestas diretrizes, fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares aos especificados, se rigorosamente equivalentes, isto é, se desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas, e mediante autorização da fiscalização.

24.5. Reserva-se à comissão de fiscalização o direito de impugnar o andamento das obras e/ou continuação dos serviços, assim como a aplicação de materiais ou equipamentos quando não satisfatórios ao registrado neste instrumento, obrigando-se a contratada a demolir e/ou desfazer por sua conta o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as especificações e diretrizes acordadas.

24.6. A contratada deverá conservar na obra e/ou local de execução dos serviços, uma cópia deste instrumento e seus anexos, sempre à disposição da fiscalização.

24.7. De modo algum a atuação da fiscalização, eximirá ou atenuará a responsabilidade da contratada pelos defeitos de ordem construtiva que elas vierem a apresentar.

24.8. Só à Contratada caberá a responsabilidade pela perfeição das obras em todos os seus detalhes.



24.9. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

24.10. As alterações contratuais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

24.11. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre a contratada e a fiscalização.

24.12. Profissionais responsáveis pelo Termo de Referência:

Bonfinópolis de Minas, 07 de abril de 2026.

VINÍCIUS ANDRADE SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA230.293/D – MG

NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE